

# **DISCRIMINAÇÃO, INTOLERÂNCIA E RACISMO RELIGIOSO (APRESENTAÇÃO / EDITORIAL)**

Calundu – Grupo de Estudos sobre Religiões Afro-Brasileiras<sup>1</sup>

DOI: <https://doi.org/10.26512/revistacalundu.v2i1.9541>

Processo abstraído e pensado de forma textual pelas Ciências Humanas, a religiosidade recebe, como fenômeno individual e coletivo, estudos variados e sempre de grande destaque. No Brasil, esses avançam por formas e manifestações variadas de cultos e práticas. Remetem a uma pluralidade quase sem fim de religiões e outras instituições espirituais/espiritualizadas, transcendentais e imanentes, que, sempre muito buscadas, auxiliam-nos a conceituar a própria brasilidade. Todavia, há na bibliografia e nos estudos que circundam a temática da religião no Brasil uma notável lacuna, qual seja, a de estudos que mostrem como práticas religiosas neste país são mormente e paralelamente signos de pertencimento e exclusão.

No que tange à afrorreligiosidade, pertencimento deve ser entendido como comunidade. Como vida iniciática coletiva, construída em redes de afetos, em trocas energéticas, em famílias de santo. Exclusão, por sua vez, é sinônima de racismo. Com efeito, construído sobre sangue escravizado negro, o Brasil, apesar da falsa crença em uma pretensa democracia racial, nunca foi exemplo de cuidado com afrodescendentes e suas heranças culturais.

Atento a essa lacuna, o Calundu – Grupo de Estudos sobre Religiões Afro-Brasileiras buscou com o presente número da Revista Calundu reunir trabalhos – enviados por autores externos e produzidos por integrantes do próprio grupo – que exploram a temática do racismo religioso. Por vezes tratando-o como intolerância religiosa, que é termo de uso mais corrente, como discriminação, ou diretamente como racismo religioso, busca-se mostrar com este dossiê temático formas em que o fenômeno se apresenta na

---

<sup>1</sup> Em ordem alfabética, o grupo é formado por: Adélia Mathias, Aisha Angéle Leandro Diéne, Andréa Carvalho Guimarães, Ariadne Moreira Basílio de Oliveira, Clara Jane Costa Adad, Danielle de Cássia Afonso Ramos, Francisco Phelipe Cunha Paz, Gerlaine Martini, Guilherme Dantas Nogueira, Hans Carrillo Guach, Iyaromi Feitosa Ahualli, Luís Augusto Ferreira Saraiva, Nathália Vince Esgalha Fernandes

vida social brasileira, o que perpassa desde a história, a sociabilidades e interações com o Estado.

Convém, assim, antes de se situar os textos do dossiê, lembrar que o racismo religioso contra religiões afro-brasileiras é um processo facilmente percebido por duas vias. A primeira, quando são observados ataques diretos a praticantes de religiões como Umbanda, Candomblé e Tambor de Mina, dentre outras, que veem seus terreiros serem incendiados, suas/seus integrantes apedrejadas/os em vias públicas, etc. Esses atos estão diretamente ligados ao ódio contra essas religiões, que se diferenciam em práticas e crenças da matriz religiosa mais popular no Brasil.

A segunda via em que o racismo religioso comumente se apresenta contra religiões afro-brasileiras está relacionada, justamente, com o fato de que essas religiões estão associadas com uma matriz geográfica africana, com uma racialidade negra. Não são todas as religiões não hegemônicas aquelas que veem adeptas e adeptos serem violentadas/os. Não são todas que são publicamente acusadas de primitivismo ou classificadas como folclore. Não são todas que são desrespeitadas por representantes do Estado. Não são todas que são satanizadas e atacadas como práticas de magia para o mal – não coincidentemente chamada de magia negra. Pelo contrário, isso ocorre exclusivamente contra a afroreligiosidade e suas manifestações em solo brasileiro. O ódio não é, portanto, contra religiosidades discrepantes, mas contra religiões afro-orientadas.

Problematizando essas e outras situações, o dossiê se inicia pela sessão de artigos científicos. Estes são abertos pelo texto “História, cultura e intolerância acerca das religiões de matrizes africanas no Brasil” de Wélia Pimentel Santos, que fez uma extensa revisão bibliográfica e busca problematizar como, ao longo da história do Brasil, a intolerância religiosa esteve ligada ao cotidiano de afroreligiosas/os, mormente perseguidos por manifestarem sua fé, que possui forte ligação com a África.

Em seguida, Emília Guimarães Mota apresenta o texto “Diálogos sobre religiões de matrizes africanas: racismo religioso e história”. Neste, que é parte das problematizações de sua dissertação de mestrado, a autora debate como o tratamento historicamente relegado às religiões de matriz africana na modernidade deve ser pensado como racismo religioso, assim definido conceitualmente.

Movendo-se a um debate com o Estado, Nilo Sérgio Nogueira e Guilherme Dantas Nogueira, que é membro do Grupo Calundu, apresentam o artigo “A questão da laicidade do Estado brasileiro e as religiões afro-brasileiras”. Neste, debatem que o princípio

moderno da laicidade estatal nunca encontrou lastro no Brasil, nem mesmo jurídico. Assim, mostram como comunidades de terreiros sempre tiveram que se adaptar e resistir a normativas e instituições pensadas para cercear sua coexistência com religiões de matriz europeia e cristã.

A integrante do Grupo Calundu, Ariadne Moreira Basílio de Oliveira, na sequência, apresenta com o texto “Um panorama das violações e discriminações às religiões afro-brasileiras como expressão do racismo religioso”, casos concretos em que o racismo religioso é observado. Para embasar suas afirmações, discute abstratamente o conceito de racismo religioso.

Seguindo com as problematizações com o Estado e fechando a sessão de artigos, a também integrante do Grupo Calundu Andréa Letícia Carvalho Guimarães, apresenta o texto “Os terreiros como espaço da diferença: análise sobre as intervenções do estado nas comunidades tradicionais de matriz africana”. Neste, analisa diferenças intervenções e exigências estatais feitas a terreiros afrorreligiosos. Problematiza que o Estado brasileiro já possui legislações e outros dispositivos que salvaguardam suas religiões, pelo que, terreiros devem ser reconhecidos em suas diferenças e respeitados pelo próprio poder público.

Na sequência dos artigos, a revista traz uma resenha, de Adalberto de Salles Lima, intitulada “Ensinos candomblecistas nas Minas Gerais”. Nesta, o autor apresenta e debate o livro “O Moxicongo nas Minas Gerais”, do pai de santo Nelson Mateus Nogueira (Tateto Nepanji). Salles Lima mostra que o livro traz lições de toda uma vida de seu autor, de resistência ao Racismo Religioso e de culto ao sagrado afrorreligioso. Traz também análise do cenário afrorreligioso mineiro, feitas não apenas pelo autor, mas por dois ogans de seu terreiro, que são também seus parentes consanguíneos.

Finalmente, a revista é fechada com a sessão textos livres, que apresenta três textos. No primeiro desses, as autoras Aisha Lembá Mueji e Iyaromi Ahualli, que são integrantes do Grupo Calundu, analisam a relação entre os espaços tidos como restritos e coletivos no espaço de terreiro, perpassando também pela relação de ser e pertencer àquele espaço como um todo, tendo como objeto de estudo o terreiro de candomblé *Nzo Jimona ria Nzambi*.

No segundo, o autor Marcelo Rodrigues Barreto Regis, traz problematiza a intolerância religiosa perpetrada pelos pentecostais e neopentecostais, trazendo como reflexão também as formas de combater tal discriminação.

Por fim no terceiro texto, a autora Cynthia Rachel Esperança, narra a história de *Olokun*, um ancião de uma tribo chamada *Motumbá* que costumava contar histórias para sua comunidade, sempre sentado em cima da pedra de Xangô. Dessa vez, ele contara a história do “Menino Omolu”.

Como um todo, os textos buscam oferecer contribuições acadêmicas e ativistas para uma questão perene na colonial modernidade brasileira, que é o imenso racismo religioso brasileiro, que ganha contornos e centralidade mais evidentes no momento histórico presente. Este assiste a uma escalada de violências contra a afroreligiosidade, paralela à chegada ao poder, via golpe de Estado, de um governo conservador, desinteressado no bem-estar da população e nos direitos das minorias políticas brasileiras. Urge neste momento, portanto, a leitura, produção e reprodução de textos que, como os aqui apresentados, problematizem e denunciem as injustiças da situação vivida. O Grupo Calundu, assim, espera que este dossiê contribua a orientar, no campo da luta por Direitos Humanos, debates entorno das causas, consequências e demais relações que circunscrevem o racismo religioso brasileiro.

Brasília, 30 de junho de 2018